



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Política Social, Seguridade Social e Proteção Social)

Lutas na saúde frente às influências do Banco Mundial nos governos ultraneoliberais

Girlan Guedes dos Santos¹

Resumo: O trabalho analisa as influências do Banco Mundial (BM) enquanto intelectual orgânico internacional e instrumento do capital imperial a países de economia dependente. Esse processo desencadeia na contrarreforma da política de saúde brasileira (privatização dos serviços públicos). Desse modo, tece críticas aos relatórios produzidos por esse intelectual no período dos governos ultraneoliberais de Michel Temer e Bolsonaro mediante pandemia do Novo Corona Vírus (Covid-19), trazendo a Frente Nacional Contra a privatização da Saúde no Brasil (FNCPS) enquanto aparelho contra – hegemônico que resiste e luta por uma saúde pública e universal frente a tais influencias desastrosas ao SUS no momento contemporâneo.

Palavras – chaves : Banco Mundial; Conarreforma; Privatização; Lutas na Saúde.

Abstract: The work analyzes the influences of the World Bank (WB) as an international organic intellectual and instrument of imperial capital in the dependent economy. This process triggers the counter-reform of Brazilian health policy (privatization of public services). In this way, criticizes the reports with this intellectual mode in the period of the ultra-neoliberal governments of Michel Temer and Bolsonaro of the New Corona Virus (Covid-19), preventing the National Front Against the privatization of Health in Brazil (FNCPS) while against the pandemic – that resists and fights for a public and universal health in the face of such disastrous influences to the SUS in the contemporary moment.

Keywords: World Bank; Counter-reformation; Privatization; Health struggles.

I. INTRODUÇÃO

Esse artigo cumpre o papel de analisar a atuação dos aparelhos contra hegemônicos na saúde frente às influências do Banco Mundial (BM) enquanto intelectual coletivo do capital imperialista no contexto da ofensiva ultraneoliberal, que tende para o acirramento do processo de contrarreforma na política de saúde brasileira no momento contemporâneo.

Trabalhando com as categorias de intelectuais coletivos, hegemonia, aparelhos

¹ Doutorando pelo Programa de Pós – Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: girlan-sax@outlook.com .



privados de hegemonia, e o conceito de crise orgânica, partiremos do exemplo de Antonio Gramsci que vivenciou um momento de greves revolucionárias em Turim na virada de 1910 para 1920, nos iluminará a entender a luta de classes contemporânea embasados em seus *Cadernos do Cárcere* que atualiza a discussão sobre o potencial do proletariado enquanto sujeito histórico transformador que Marx tratou em suas obras, principalmente no *Manifesto do Partido Comunista*.

Behring (2008, p. 44) assevera que nos anos 1990 se compõe de mudanças estruturais regressivas nas políticas de seguridade social, “afetando bruscamente o Sistema Único de Saúde (SUS), através da abertura do mercado e da intendificação da privatização dos serviços públicos de saúde, com vistas a mera obtenção de lucro para o mercado”. Um dos elementos constitutivos desse processo é o incentivo à “publicização” que visa transferir parte da gestão de serviços e atividades, não exclusivas do Estado, para o setor público não estatal, assegurando o caráter público à entidade de direito privado. Os documentos, advindos do BM colocam-se contra o sistema da política de saúde brasileira, desde antes da garantia do SUS, na Constituição de 1988. Essas contradições apresentam inflexões mais fortes, a partir do processo de contrarreforma do Estado na década de 1990, continuam nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e se acirraram durante o curto governo de Michel Temer e no atual desgoverno de Bolsonaro.

Instigados pelos desafios que vivemos no cenário contemporâneo brasileiro, mediados pela instauração do golpe de 2016, que significou o aprofundamento da retração de direitos em todos os âmbitos das políticas sociais ao comando dos governos ultraneoliberais de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, especialmente em relação à instauração e aprofundamento de práticas e ideologias conservadoras que permeiam todo tecido das relações sociais sob o comando do sistema capitalista, para garantir os seus interesses de classe e reafirmar a condição de dependência dos países periféricos mediate uma das maiores pandemias já vivenciadas no planeta.

Existem aparelhos contra-hegemonicos que resistem as atrocidades desses intelectuais para área de saúde brasileira. Aqui, pretendemos trabalhar a partir da categoria de resistência com o aparelho contra-hegemonico que cumpre um papel de defesa e tencionamento de tais orientações regressivas ao SUS: a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), criada em 2010, a FNCPS é composta por diversos Fóruns estaduais em torno da luta por um SUS 100% público, estatal e de qualidade. Conta também com a presença de movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, núcleos e/ou setoriais de partidos políticos, professores e estudantes vinculados à saúde em defesa da efetivação dos princípios da universalidade e integralidade (BRAVO, 2011). Também está nos espaços de controle social, em conferências, conselhos e fóruns, em instituições suprapartidárias trabalhando juntos contra qualquer atrocidade que venha ferir os princípios



estabelecidos no SUS, espaços esses, que na atual conjuntura também estão ameaçados de extinção por parte do governo e suas truculentas direções.

Além de sua influência na política nacional, a FNCPS se articula com os diversos outros aparelhos contra – hegemônicos em defesa do SUS, ela consegue mobilizar diversas forças sociais, tais como: sindicatos de funcionários públicos; algumas centrais sindicais (CSP-Conlutas; Intersindical); movimento sindical (Unidade Classista); professores universitários de diversas universidades e partidos políticos.

A luta travada por esse aparelho contra-hegemônico nos permite através dos seus documentos, boletins e manifestos, núcleos, fóruns e colegiado entender a importância da defesa contra as agendas de contrarreformas do intelectual coletivo BM, que trabalha no intuito de destruir o caráter universal da política de saúde brasileira e recebe total apoio do desgoverno Bolsonaro no momento contemporâneo.

II. O IMPERIALISMO E A CRIAÇÃO DO BM ENQUANTO INTELCTUAL COLETIVO UTILIZADO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL

O retorno à fase inicial do imperialismo será considerado aqui como estratégia metodológica, partindo da categoria da universalidade para analisar o processo de dominação imperialista em escala mundial, porém fazendo um recorte através das categorias da particularidade e singularidade para entender sua influência na realidade brasileira.

Embasados por Lenin em sua publicação: *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, publicado em 1917 em meio à primeira Guerra Mundial (1914-1918), nos debruçaremos sobre o desvelamento de como o processo de dominação do capital cria novos projetos para garantir sua hegemonia. Também buscaremos apoio em Harvey (2014), que analisa o novo imperialismo enquanto espoliação no processo de acumulação capitalista.

A partir das considerações de Lenin e Harvey, se analisa que, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, passam a surgir novas associações que terão papel importante enquanto instrumento de controle da crise orgânica que já se assolava os países imperialistas.

Nesse contexto de intensificação e crise orgânica do capital pós-segunda Guerra Mundial, são criadas as poderosas agências multilaterais BM, que definimos como intelectuais coletivos. Foram gestadas originalmente em um período de reorganização do sistema interestatal capitalista, com um acordo entre as potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial selado em Bretton Woods, Estados Unidos (EUA). Criadas em 1944, depois de diversas manobras dos EUA, tiveram suas sedes estabelecidas na cidade de Washington. A desvalorização da moeda inglesa “foi crucial para afirmar a predominância



do dólar como moeda internacional e âncora da projeção mundial do poder político e financeiro norte-americano” (PEREIRA, 2010, p. 151).

Desde sua criação, esses intelectuais coletivos são comandados pelos EUA, incluindo sua estrutura, direção política e suas formas de empréstimos. Essa nova ordem mundial estabelecida em Bretton Woods tinha como missão, nas palavras de Brettas (2013, p. 63), “criar um ambiente internacional propício à emergência dos EUA no papel de motor da recuperação mundial, a economia mundial passa a depender do desempenho da economia norte-americana”, sempre com o discurso de alívio da pobreza.

A partir da década de 1970, um conjunto de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais é engendrado em escala mundial como resposta ao período de crise orgânica que estava se instaurando, sendo esta definida nos termos gramscianos como “fracasso da política da classe dirigente, organização da classe subalterna com as reivindicações ao processo exploratório, economia decrescente, afetando todo o tecido cultural e social da sociedade” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 163).

Entendemos ser fundamental e dialético o retorno à discussão sobre o processo da crise capitalista. No momento atual, a problemática e a manifestação da crise do capital têm se complexificado. Marx (1987) contribuiu significativamente ao denominar isso de “tendência decrescente da taxa de lucro” no seu famoso livro *O Capital*, nos capítulos XIII e XV. Porém, a queda da taxa de lucro complexificou-se com a dominância do capital portador de juros (capital financeiro), afirmando-se, “por alguns economistas, que a crise atual é de natureza financeira” (MENDES, 2015, p. 63).

Tal abordagem, atravessa o cerne de nossa pesquisa como fio condutor inicial até o momento da análise final. Apoiamo-nos na perspectiva de Gramsci, o qual trabalha com o conceito de crise orgânica. Porém, também comungamos com a interpretação de Castelo (2012), que se difere de alguns intérpretes gramscianos. Este autor interpreta o conceito de crise orgânica, enfatizando a dimensão da perspectiva de totalidade, e inclui outras categorias: supremacia (hegemonia e ditadura); bloco histórico (estrutura e superestrutura); revolução passiva (reforma e restauração), entre outras.

Nesse contexto, a dimensão ideológica do Estado burguês é uma criação das relações sociais de produção e são através dessas que o mesmo se ergue. É necessário tecer a mediação da sua importância para a manutenção das premissas do capital durante a crise instaurada. Segundo Coutinho (1992, p. 76), Gramsci coloca que o “Estado é um dos dois grandes planos superestruturais; sendo o outro, a sociedade civil, entendendo-a enquanto um conjunto de organismos que o autor denomina de privados”, com a função de exercer a hegemonia.

O Estado não tem sido usado para equilibrar a sociedade política e a sociedade civil. Gramsci (2000) afirma no *Americanismo e Fordismo* que o Estado burguês não



funciona apenas como instrumento de coerção de uma classe sobre outra, mas como peça chave de convencimento ideológico, ou seja, como caráter educador da própria sociedade burguesa e do capital. Ele atua convencendo o ser social que vive de forma permanente nas relações capitalistas de produção.

[...] O Estado tornou-se, cada vez mais, uma intuição central na determinação das condições de vida dos trabalhadores. No lugar de operar tão somente como regulador externo e pontual dos movimentos do mercado, o Estado potencializou (especialmente a partir das demandas do próprio mercado) a sua capacidade interventiva (WELLEN, 2021, p. 142).

Tendo o Estado enquanto defensor do capital, é nesse contexto, somada a reestruturação produtiva e a financeirização, a ideologia neoliberal será um mecanismo do capital para retomada das taxas de lucro, isto é, será parte da reação burguesa à crise instaurada. No acirramento da crise mundial, são elaborados pelo BM os primeiros documentos voltados para as políticas de saúde, mais especificamente em 1975, apresentando aos países por ele subsidiados as primeiras orientações para a reforma nas políticas de saúde e já se posicionando contra o SUS antes mesmo de sua aprovação na constituinte.

III. ESTADO DEPENDENTE E AS INFLEXÕES DO BM À POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1990 AOS GOVERNOS ULTRANEOLIBERAIS

Em sua obra, *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes (1987) aborda como se processou a transformação capitalista no Brasil, segundo a compreensão dos países periféricos como nações de capitalismo dependente, pelo fato de não possuírem as mesmas potencialidades das nações hegemônicas. Então, é no mesmo contexto pós-criação do BM que os países imperialistas querem consolidar o capitalismo monopolista nos países ditos da periferia.

Ruy Mauro Marini tenta, em consonância com Fernandes, chegar a uma definição de dependência que seja referência nas pesquisas sobre os países de capitalismo dependente. Nesse sentido, define que a “dependência seria uma situação na qual certo grupo de países tem condicionado sua economia pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida” (*apud* TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 133). Mediante esse debate, percebe-se que:

O Estado nas economias dependentes está marcado por relações desiguais de poder que limitam o exercício de sua soberania frente a outras formações econômico-sociais a que está submetido. Assim, esse funciona como uma ferramenta a serviço dos interesses das classes dominantes dos países centrais ao mesmo tempo em que expressa as necessidades da classe dominante local, nas suas relações de contradição e subordinação com aquelas. (BRETTAS, 2017, p. 55).

O BM vai ser um dos instrumentos imprescindíveis nesse período de imposição e consolidação do sistema monopolista nos países periféricos, que, como afirma Fernandes



(1987, p. 301), se deu através de um “desenvolvimento desigual interno, pois temos que considerar o desenvolvimento histórico, econômico, político e cultural brasileiro que ainda apresentava traços arcaicos”, e de uma dominação imperialista externa apoiada por uma burguesia nacional contrarrevolucionária que detinha o poder do aparelho do Estado, dito democrático e universalizante.

Vale a pena ressaltar que esse intelectual coletivo BM é parte do grupo dominante do capital, atuando nos aparelhos privados de hegemonia, que, de acordo com Gramsci (2000), cumprem o papel de uma hegemonia sociopolítica, intelectual e financeira, direcionada aos interesses do capital monopolista. Assim, são controlados de modo a coibir através da força qualquer tentativa revolucionária da luta de classe que não atenda os interesses do Capital, a exemplo do golpe de 1964, que barrou um processo importante de inícios de reformas de base que consolidavam medidas em favor da luta da classe trabalhadora do período, como também o golpe de 2016, que culminou de forma diferente, orquestrado pelo parlamento, mídia e judiciário, afastando uma presidenta eleita democraticamente.

Faz-se necessário citar, também, que, a partir da crise orgânica mundial, a ideologia neoliberal adentrará no contexto brasileiro. E vale lembrar que, no Brasil, o neoliberalismo entra em cena, frente a um período marcado pela luta da classe trabalhadora pela redemocratização.

Foi nesse cenário de reformas orientadas pelo BM nas políticas de saúde dos países periféricos que o Brasil aprovou, com base na Constituição de 1988, as Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080 e nº 8.142 de 1990, expressas frontalmente nos avanços formais do Movimento de Reforma Sanitária contemplados na legislação.

O BM inicia a formulação de suas orientações para a política de saúde brasileira bem antes da constituinte, recebendo o apoio dos governos neoliberais Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso durante a década de 1990. Desse modo, diversos relatórios são elaborados pelo BM e suas orientações são seguidas pelos respectivos governos de cunho neoliberal. Em consonância com as contrarreformas propostas pelo BM, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRE se torna a materialização das orientações colocadas nesse período em consonância com o Consenso de Washington (1989).

Anos depois, o BM elabora outros documentos para orientar as políticas de saúde brasileira, tendo o país sob a liderança de governos sociais liberais (variante do neoliberalismo), como aponta Castelo (2016, p. 46), “a saber os governos Lula e Dilma, vinculados ao PT”. Durante os governos do PT, foram divulgados três documentos do BM para saúde. Esses documentos subsidiam a implementação das mudanças na gestão do SUS encaminhadas pelo governo Lula e que tiveram continuidade no governo Dilma.



Em 2016, a presidenta Dilma é afastada por um golpe de Estado, operacionalizado por integrantes da bancada conservadora do legislativo, do judiciário e da mídia com vistas a tomar o poder. Assumiu o vice-presidente Michel Temer do PMDB, que acelerou ainda mais a destruição dos direitos sociais e trabalhistas: “O governo ilegítimo de Temer trata-se de uma restauração conservadora de um projeto político ultraneoliberal, assumidamente pró-capital, que visa resolver os impasses de acumulação e favorecer os interesses da classe dominante do país e aprofundar sua dependência junto [sic] ao capital internacional” (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018, p. 4).

Temer assume e segue à risca o ideário neoliberal ortodoxo, acirrando o processo de privatização estatal, contrarreformas trabalhista e previdenciária, desfinanciamento das políticas, congelamento por 20 anos dos gastos públicos com políticas sociais com a Emenda Constitucional 95/2016. Desse modo, é importante notar que tais contrarreformas já vinham sendo executadas por Dilma, porém, são intensificadas por Temer.

O documento do BM *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil*, de novembro de 2017, apresenta em sua essência um cerne meramente político, que veio compactuar com os desmanches acarretados nas políticas públicas no Brasil. Em 2018, o BM lança um documento complementar ao colocado em 2017, intitulado *Proposta de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro*, apresentando truculentas orientações, confirmando o que o documento de 2017 já preconizava, que é o apoio ao processo de publicização, privatização dos serviços e mudanças no financiamento da política de atenção básica, justificando suas diretrizes na ineficiência do SUS. Em suma, o documento foca no processo de privatização na Atenção Primária à Saúde, o que pode ser muito grave levando em consideração que é a porta de entrada do SUS.

A classe dominante no momento atual comandada pelo governo ultraneoliberal de Bolsonaro tem intensificado seus aparelhos privados de hegemonia na busca pela consolidação de suas premissas, que são a captura do fundo público, a privatização, a austeridade fiscal e as mudanças na gestão orçamentária das políticas sociais, sendo estas ferramentas importantes para permitir a canalização de recursos públicos para o grande capital financeiro e, desse modo, atuar sobre os efeitos de uma propagada crise fiscal. As orientações do BM têm acelerado a financeirização das políticas sociais, com maior destaque para as políticas de previdência e saúde no Brasil, como servido enquanto base para resguardar o discurso e defesa do governo Bolsonaro em realizar as reformas destrutivas.

Bolsonaro alinha-se com as premissas advindas do BM, seguindo o documento de 2018 assina decreto Nº 10.530 em 26/10/2020, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República, para estudos de alternativas de parcerias com a



iniciativa privada, justamente o que orienta o documento do BM de 2018, revogando após repercussão nacional. Por isso, as tendências futuras para o SUS podem ser catastróficas.

O desfinanciamento, privatização, focalização e seletividade seguem curso e acirram-se no momento contemporâneo na política de saúde brasileira ao comando do desgoverno Bolsonaro. Um mandato de característica ultraneoliberal, visto que coloca o povo brasileiro em perigo, pois desde janeiro de 2020, a crescente proliferação do Novo Coronavírus (Covid-19) transformou-se em um dos maiores desafios da humanidade. Uma pandemia infecciosa de rápido contágio e mortalidade é tratada por Bolsonaro como “gripezinha”, apresentando em seu discurso preocupar-se mais com a economia do que com a vida humana.

O desgoverno Bolsonaro retira quatro Ministros da Saúde durante o surto, pelo fato deles não comungarem com suas medidas de afrouxamento do isolamento social, vivenciado por todo o mundo, como única forma de prevenção. Vemos militares sendo chamados a assumir pastas importantes dentro do ministério, o que nos faz lembrar a ditadura militar no país.

O desfinanciamento na saúde continua em tempos de pandemia. Dos 10 bilhões aprovados para serem gastos com a política de enfrentamento da Covid-19, apenas 60% é liberado nos primeiros meses. Em comparação, no mesmo período, mais de 1,2 trilhões de reais é destinado para o capital financeiro por Bolsonaro.

As respostas do Governo Federal às demandas do setor financeiro para o enfrentamento da crise na pandemia foram bastante rápidas e promissoras. Enquanto as respostas às necessidades da população pobre foi lenta e saiu por pressão da sociedade civil, principalmente do Congresso Nacional, em ano eleitoral. Esse governo liberou R\$ 1,2 trilhão para os bancos, em 23 de abril, logo que iniciaram os reflexos da pandemia do novo Coronavírus. Mas, foi moroso para repassar R\$ 600 como auxílio emergencial aos que necessitavam desse recurso, cujo valor, aliás, foi ampliado dos anteriores R\$ 200 devido à intervenção do Congresso Nacional (CORREIA; ALVES, 2021, p.18).

Mediante esse momento meses depois a aprovação das vacinas é posta pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), porém, é negada pelo Governo Federal por desesseis vezes o que ocasionou milhares de mortes por ter iniciado a aplicação dos imunisantes tardiamente. O Brasil ocupa o segundo lugar no total de mortos por Covid-19 no mundo com mais de 621 mil mortos e terceiro lugar em numeros de casos com mais de 23 mil casos em 17 de Janeiro de 2022².

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou em depoimento a CPI da Pandemia que fez a primeira oferta de vacinas contra Covid – 19 ao Ministério da Saúde em 30 de Julho de 2020, mas ficou sem resposta. Eram mais de 60 milhões de vacinas afirma Covas, segundo ele o Brasil poderia ter sido o primeiro no mundo a iniciar a vacinação, porém, o presidente Bolsonaro negou a vacina e atrasou a vacinação ainda propagando discurso que

² Os dados são fornecidos por [Wikipédia](#), [JHU CSSE COVID-19 Data](#) e [Our World In Data](#).



a vacina poderia ser letal a vida humana³.

Em consonância com os dois últimos documentos do BM, Bolsonaro lança o programa “Médicos pelo Brasil”, anúncio de contratação de milhares de médicos, além da criação do Previne Brasil e de agência para o avanço da Atenção Primária, tem gerado desconfiança por orientar para o setor privado, uma verdadeira tentativa de desmonte da Atenção Primária à Saúde. Os projetos mostram-se com mais afinidade com os preceitos da Saúde privada em descrédito, atualmente do que os princípios norteadores do SUS.

Trabalhando com uma política de morte, o desgoverno Bolsonaro segue com a restrição de testes para Covid – 19, problemas nas subnotificações de casos, desfinanciamento na saúde, falta de trabalhadores de saúde e esgotamento dos trabalhadores que estão atuando, flexibilização descontrolada, posicionamento contra medidas de isolamento social e questionamento das orientações sanitárias, atraso na compra de vacinas e com discurso contrário a vacinação em crianças a partir de 5 anos mesmo depois da aprovação da ANVISA.

IV. LUTAS NA SAÚDE: A PARTICIPAÇÃO DA FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL, ENQUANTO APARELHO CONTRA-HEGEMÔNICO

Corroborando com a procedência das categorias da contradição e da luta de classes, existem aparelhos contra-hegemônicos que resistem às atrocidades do BM para a área da saúde brasileira, evidenciados aqui a partir da categoria de resistência. Os aparelhos contra-hegemônicos cumprem um papel de defesa do SUS e das orientações desastrosas do seu desmonte, postas pelos aparelhos privados de hegemonia do capital. Um desses aparelhos privados de hegemonia contra-hegemônico que atende aos interesses de uma parte da sociedade civil na defesa da saúde pública e de qualidade é a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCP), criada em 2010, é composta por diversos Fóruns estaduais em torno da luta por um SUS 100% público, estatal e de qualidade. Conta também com a presença de movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, núcleos e/ou setoriais de partidos políticos, professores e estudantes vinculados à saúde em defesa da efetivação dos princípios da universalidade e integralidade (BRAVO, 2011).

Esses, que estão nos espaços de controle social, em conferências, conselhos e fóruns em instituições suprapartidárias, trabalham juntos contra qualquer ameaça que venha ferir os princípios estabelecidos no SUS. Espaços esses que na atual conjuntura também estão ameaçados de extinção por parte do governo e de suas truculentas direções.

³ <https://www12.senado.leg.br> acesso em: 17/01/2022.



No capitalismo, não há conquista de direitos sem luta da classe trabalhadora. As conquistas obtidas nos anos 1980, no Brasil, são resultantes dessas lutas. Reinserção na cena política de organizações populares, partidos de esquerda, sindicatos, associações combativas, movimentos sociais, a Constituição Federal foi resultado dessas lutas. Porém, como vimos nos itens anteriores, a Seguridade Social fica refém da política econômica, em especial as dotações orçamentárias, sub-financiamento e desfinanciamento.

A questão da saúde no Brasil é atravessada por uma tensão histórica: saúde como bem público e saúde como mercadoria, como fonte de lucro, tendência hegemônica, visto que existe uma crescente alocação do fundo público da saúde no setor privado. O projeto do capital (setor privado), que concebe a saúde como mercadoria, tem atacado seu caráter universal, defendendo a focalização da assistência, a precarização do trabalho e dos serviços e sua privatização, impedindo a concretização desse sistema público na sua plenitude e desmontando o SUS por dentro dele mesmo (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 138).

As necessidades sociais ficam subordinadas à lógica do orçamento público e da privatização das políticas da Seguridade Social, sob orientação do BM durante a década de 1990. Nos anos 2000, identifica-se o ressurgimento de diversos movimentos sociais. E mesmo o país envolto na mercantilização das políticas sociais, durante os governos petistas, surgem novos mecanismos de luta, entre elas a FNCPS, que, de acordo com Bravo, Andreazzi e Menezes (2017), tem um potencial político muito relevante na defesa do SUS.

Os fóruns da saúde existentes em diversos estados e municípios e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde têm se constituído em espaços de controle democrático na perspectiva das classes subalternas, na medida em que tem apontado como desafio estratégico resistir aos interesses do capital dentro do SUS, ou seja, a saúde como fonte de lucro, „coração do capitalismo”, e denunciado os interesses do capital que sabotam o SUS, em nome da defesa do SUS. Têm se constituído em espaços que congrega setores da esquerda para fortalecer estratégias anticapitalistas ao enfrentar a privatização da saúde pública (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 140).

A forma de atuação das entidades representativas dos trabalhadores da saúde, não estão alheias a tais transformações no mundo do trabalho em tempos de crise. Como bem analisa Bravo; Pelaez; Pinheiro (2018), trata-se de retomar a capacidade de organização e de luta com vistas à resistência contra as propostas de retirada de direitos na saúde e em outras políticas sociais, no sentido de impedir a flexibilização e/ou desmonte do marco legal constitucional e das legislações.

Contamos em âmbito nacional com um dos aparelhos contra-hegemônicos mais fortes nesse sentido de luta e defesa do SUS, a FNCPS. Entendemos que essa articulação e organização, enquanto aparelho contra-hegemônico, é inovadora e forte, por articular organizações políticas tradicionais, como partidos políticos, centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e a academia. A Frente cumpre um papel de articulação, aglutinação, mobilização e organização de diversas forças em defesa do direito à saúde e contra todas as formas de privatização. Politiza o debate sobre a Saúde e Seguridade Social, pautando o



retorno às formulações originais do projeto de Reforma Sanitária Brasileira. Possui relevância ao se contrapor ao controle social institucionalizado.

A experiência da Frente tem muito a contribuir como exemplo de viabilidade da construção de uma unidade política entre sujeitos com pautas diferenciadas; a qual pode “inspirar” as esquerdas brasileiras, nesse urgente desafio de construção de uma unidade para o enfrentamento do imperialismo/ultraneoliberalismo que ameaça fortemente os trabalhadores; mobilizando os sujeitos acadêmicos, pesquisadores, comprometidos com a análise crítica das inflexões do capital sobre os direitos do trabalho, especialmente, a saúde e a defesa da proteção social/seguridade social, que foi conquistada por árduas lutas do trabalho. Sua ligação com diversos fóruns regionais e municipais em defesa do SUS, visa fortalecer a construção de uma nova hegemonia, sendo necessário á resistência contra a mercantilização e privatização da saúde a qual estamos ameaçados no cenário contemporâneo.

A Frente juntamente com diversos forúns pelo Brasil tem lutado frente ao desmonte do truculento governo Bolsonaro que vêm seguindo a risca as orientações destrutivas ao SUS pelo BM. Em síntese a Frente têm feito a defesa contra todo e qualquer processo de mercantilização da vida, com acento no Conselho Nacional de Saúde vem resistindo, em diversas mobilizações pelas liberdades democráticas, os direitos sociais e a soberania nacional frente aos interesses imperialistas; contra criminalização dos movimentos sociais em seus manifestos e boletins, assembleias e congressos; luta pelo fim da violência contra todas as minorias em suas mais diversas expressões; trabalhando na contituição de uma Frente pelas liberdades democráticas e defesa dos direitos conquistados e sua aplicação, e, por fim, pela reorganização da classe trabalhadora na construção de um projeto próprio que atenda aos seus interesses.

V. CONCLUSÃO

Ao desvelar o protagonismo do intelectual coletivo BM, como poder político e econômico mundial, apresentado neste artigo desde sua gênese, enquanto instrumento dos países imperialistas na dominação dos países de economias de capitalismo dependente, a exemplo do Brasil, analisamos o imperialismo e suas novas configurações enquanto poder de dominação capitalista.

Contatamos que os documentos advindos do intelectual BM colocam-se contra o sistema da política de saúde brasileira, desde antes da garantia do SUS, na Constituição de 1988. Através de inflexões fortes, direcionam apoio ao processo de contrarreforma do Estado que toma uma dimensão maior a partir da década de 1990, continuam nos governos do PT, intensificam-se no governo ilegítimo de Temer e são acirrados na conjuntura contemporânea



com o desgoverno Bolsonaro.

Vimos que a classe dominante tem ampliado seus aparelhos privados de hegemonia na busca pela consolidação de suas premissas que é a captura do fundo público, privatização, austeridade fiscal e mudanças na gestão orçamentária das políticas sociais; sendo estas, ferramentas importantes para permitir a canalização de recursos públicos para o grande capital financeiro e, desse modo, atuar sobre os efeitos de uma propagada de crise fiscal. Em momento pandêmico, esse processo segue ainda mais forte com a política de morte do truculento governo de Bolsonaro, extremista e apoiador do neoconservadorismo e neofascismo que assola o país devido suas ações durante seu mandato.

Por isso, as tendências futuras para o SUS podem ser catastróficas. Se em um momento de tamanha delicadeza para preservação da vida em pandemia, o desgoverno descumpre orientações sanitárias, pegamo-nos a pensar o que será do SUS e conseqüentemente dos seus usuários nos próximos anos? É preocupante.

Mediante essas constatações, entendemos ser primordial o fortalecimento e o enfrentamento dos aparelhos privados contra-hegemônicos, a exemplo da FNCPS. Assim, é fundamental que haja uma articulação da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, dos fóruns de debates, dos sindicatos, dos partidos, entre outros, para que sejam capazes de barrar as orientações truculentas do BM, visando à consolidação efetiva de nossos direitos e do nosso sistema de saúde.

Em tempos tão difíceis de recrudescimento do conservadorismo e neofascismo, só a luta coletiva poderá preservar esse Patrimônio Social, Cultural, Imaterial da Humanidade que é o SUS. A Frente mesmo diante a pandemia tem reunido seus coletivos de forma remota em seus diversos fóruns espalhados pelo Brasil buscando estratégias e enfrentamento e defesa do SUS. Por isso, o grito em defesa da saúde pública e universal deve prevalecer da seguinte forma e lema da Frente: “O SUS é nosso, ninguém tira da gente, direito garantido não se compra nem se vende”. E assim deve ser, porque foi através de muita luta que ele foi conquistado pelo povo brasileiro.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Proposta de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro**. Washington: BM, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil. Washington: BM, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Proposta de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro**. Grupo Banco Mundial, 2018.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10. 533 de 26 de outubro de 2020. Brasília, 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10530.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRAVO, M.I.S. Frente nacional contra a privatização e sua luta em defesa da saúde pública estatal. **Revista Serv. Soc. Soc.** n.105. São Paulo Jan./Mar., 2011.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. Desafios do controle social na atualidade. **Revista Ser. Soc. Soc.** São Paulo: Cortez, n.109, jan./mar. 2012.

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; PINHEIRO, W. N. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan.abr. 2018.

BRAVO, M.I.S; ANDREAZZI, M.F.S; MENEZES, J. S. B. **As Lutas pela Saúde nos anos 2000: a participação da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde**. In: SILVA, A.X. NOBREGA, M. B. MATIAS, T. S. C. (Orgs). *Contrarreforma, intelectuais e serviço social: as inflexões na política de saúde*. EDUEPB: Campina Grande, 2017, p. 23-51.

BRETTAS, Tatiana. **Capital financeiro, fundo público e políticas sociais**: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 34, p. 53-76, jul./dez. 2017.

CASTELO, Rodrigo. Gramsci e o conceito de crise orgânica. **Revista Margem esquerda ensaios marxistas**. n.19, out., São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Social-Liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CORREIA, Maria Valéria Costa. O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: Mecanismo de Controle Social Frente às Condicionalidades dos Organismos Financeiros Internacionais. 2005. 343f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CORREIA, M. V.; ALVES, P. K. L. **Pandemia, desigualdade social do processo saúde e doença: quem são os mais atingidos**. In: *Determinação Social da Saúde e enfrentamento da covid-19 o lucro a cima da vida*. Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Organização Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro:



Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIGUORI, Guido.; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril cultural. (coleção os Economistas), 1987.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo. **Revista Saúde Soc.** v. 24, São Paulo, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marine: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WELLEN, Henrique. Política social e a reprodução da força de trabalhoW?: um dilema contemporâneo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 139-152, jan.abr. 2021.